

Informe Técnico

Programa de Vigilância de Zoonoses e Manejo de Eqüídeos do Estado de São Paulo
Zoonosis Surveillance and Equine Management Program for the State of São Paulo

Módulo IV – Recolhimento de eqüídeos
Module IV – Equine Collection

Vania de Fátima Plaza Nunes¹, Vinicius Suehiro Tsutsui², Claudia Martins Serra³,
Karime Cury Scarpelli⁴, José Januário das Neves Martins⁵, Wesley de Matos Pereira⁶,
Graciela Naibert Giurni⁷, Sonia Maria Sodré Cardoso²

¹Prefeitura de Jundiaí; ²Prefeitura de São Paulo; ³Projeto Potro da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; ⁴Prefeitura de Taubaté; ⁵Prefeitura de Ribeirão Preto; ⁶Prefeitura de São Roque; ⁷Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul

Imagens sobre as técnicas de recolhimento de eqüídeos.

Introdu o

Os eqüinos são animais de grande porte que podem ser considerados de produ o, mais especificamente animais de trabalho, estando sua domestica o intimamente ligada   evolu o social e econ mica dos seres humanos, em especial até meados do século XX.

O uso de eqüídeos para trabalho, montaria ou traço em carroças e charretes vem crescendo nas cidades brasileiras, particularmente na coleta de materiais inservíveis para reciclagem, transporte de entulhos e atividades turísticas. Com freq ncia observa-se que animais de traço são utilizados de maneira inadequada, seja pela precariedade do veículo que conduzem, condi o do animal ou pela maneira como eles próprios são conduzidos. São situa es comuns nas cidades têm também acidentes de trânsito, inclusive com óbito de pessoas e animais, casos de abusos e maus-tratos aos cavalos e abandono.

  competência legal dos municípios brasileiros o controle de animais em sua área de circunscric o, por meio de atividades programáticas, como   o caso de registro, captura ou apreensão e elimina o de animais que representem riscos   saúde humana, de acordo com a Portaria GM n  1.172¹. Essa responsabilidade, no tocante ao recolhimento de eqüinos soltos em vias públicas, manuten o e destina o dos animais e fiscaliza o em situa es de maus-tratos, recai, nos municípios, sobre os órgãos de controle de zoonoses, geralmente vinculados às Secretarias Municipais de Saúde ou, em algumas localidades, serviços ligados às Secretarias de Agricultura ou do Meio Ambiente.

Para que o trabalho seja desenvolvido com segurança e eficiência   de fundamental importância que as equipes que atuam nessa área, principalmente os auxiliares e médicos-veterinários, sejam capacitados em manejo etológico (racional e sem violência),

comportamento e bem-estar animal.

Bem-estar animal

A preocupação com o bem-estar dos animais, em especial os de produção, teve seu início oficial com o lançamento, em 1964, na Inglaterra, do livro *Animal Machines*, no qual a autora Ruth Harrisson, ao denunciar maus-tratos a que os animais eram submetidos nos sistemas de criação confinada, inaugurou um debate sobre a ética na produção animal. O impacto que essa publicação gerou na sociedade britânica mobilizou, à época, o parlamento, que criou o Comitê Brambell – nome do médico-veterinário que liderou esse trabalho –, cujo objetivo era avaliar e verificar a situação denunciada. Dentre as conclusões apresentadas no relatório do comitê havia a proposição de garantir cinco liberdades mínimas aos animais:

1. virar-se;
2. cuidar-se corporalmente;
3. levantar-se;
4. deitar-se e
5. estirar seus membros.

Com o passar dos anos, os princípios das cinco liberdades foram aprimorados pelas definições iniciais da Farm Animal Welfare Council (FAWC) – entidade do Reino Unido –, hoje conhecidos como princípios universais de bem-estar animal para qualquer espécie:

- livre de fome, sede;
- livre de desconforto;
- livre de dor, lesões e doenças;
- livre de medo e estresse e
- livre para expressar seu comportamento natural.

Além desses tópicos, outros também devem ser incluídos na discussão de diferentes abordagens no controle de eqüinos – como atendimento das necessidades da espécie envolvida, número de animais, severidade e duração do trabalho a que são submetidos –, de acordo com os princípios de bem-estar animal.

A avaliação de bem-estar animal deve considerar o atendimento às necessidades físicas (espaço e alimentação, entre outras), mentais (estimulação ambiental e social) e naturais (expressão do comportamento natural) das espécies envolvidas.

As políticas de controle animal devem garantir o bem-estar em todas as atividades que envolvam eqüídeos, em serviços públicos ou privados, em áreas urbanas ou rurais, durante o recolhimento, alojamento em guarda temporária ou não, manejo e destinação, de forma a prevenir os riscos à saúde dos animais e dos seres humanos envolvidos. Além disso, devem garantir que o uso desses animais em atividades humanas diversas aconteça de forma ética.

Neste módulo serão abordadas as recomendações para o manejo de eqüídeos nos serviços municipais de controle de zoonoses ou de controle animal, considerando o atendimento aos princípios de bem-estar animal (“cinco liberdades”), visando garantir a saúde, a segurança pública e a preservação do meio ambiente.

Recolhimento de eqüídeos em vias públicas

Ao receber a solicitação de atendimento para o desenvolvimento de ações que envolvam eqüídeos, é imprescindível que se obtenha o máximo de informações para a escolha da melhor estratégia de ação, de forma a agilizar o atendimento e prevenir riscos à população local, ao meio ambiente e ao animal, e, ainda, minimizar o seu sofrimento. Essa triagem envolve itens mínimos, tais como:

- identificação do solicitante e telefone de contato;

- endereço da ocorrência com o máximo de referências possíveis;
- motivo da solicitação:
 1. Solto em via pública
 2. Invasão de propriedade pública ou privada
 3. Acidentado em local de difícil acesso
 4. Atropelado e vivo em via pública (em pé ou deitado)
 5. Morto em via pública
 6. Maus-tratos, abuso ou negligência de cuidados de saúde ao animal
- quantidade de animais:
 1. 01
 2. 2 a 10
 3. Mais de 10
 4. Não informou ou não sabe
- idade (presença de animais jovens, potros), pelagem, sinais característicos se houver;
- estado físico do animal (vivo, morto, em pé, caído, lesões);
- localização do animal: via pública, terreno e propriedade particular ou pública;
- acessibilidade ao local;
- há quanto tempo o(s) animal(is) está(ão) nesta situação?
 1. Há menos de uma hora
 2. Há cerca de seis horas
 3. Mais de 12 horas
 4. Mais de 24 horas
 5. Mais de uma semana
 6. Não sabe precisar
- Tem proprietário?
 1. Sim (nome, endereço, telefone de contato, outros)
 2. Não
 3. Não sabe informar

Outros itens poderão complementar uma ficha padrão de investigação, adequando-se à realidade de cada município.

Deve-se preservar a identidade do solicitante/denunciante, de forma a prevenir eventuais problemas entre este e o proprietário do animal.

Uma triagem adequada pode definir a urgência no atendimento, facilitar a previsão de recursos necessários para a ação-alvo e a necessidade de acionamento de serviços auxiliares ou complementares, tais como polícia de trânsito, militares, bombeiros e limpeza pública, entre outros.

O instrumento de coleta de informações para atendimento (triagem) deverá ser imediatamente enviado ao serviço alvo da ação, seja via eletrônica, telefônica ou pessoalmente, principalmente quando a informação for obtida a partir de serviços

específicos de atendimento ao público, tais como o 156.

Uma boa triagem garante menor risco do não-atendimento pelo médico-veterinário, quando a presença do mesmo for imprescindível, além de evitar equívocos no direcionamento da solicitação para serviço incorreto, o que pode levar ao atendimento tardio da solicitação.

Recomenda-se que os municípios disponibilizem serviços de plantão, mesmo que à distância, para que os funcionários possam ser acionados e os recursos necessários ao atendimento estejam disponíveis em casos de emergência, especialmente nos finais de semana e feriados.

Estratégias de intervenção

O serviço municipal deve adotar procedimentos de fiscalização, recolhimento ou destinação de eqüídeos de acordo com a situação encontrada. Dessa forma, a Coordenadoria de Controle de Doenças (CCD) – órgão da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) – recomenda as estratégias a seguir.

A) Fiscalização

O órgão público responsável pela fiscalização de denúncias referentes a eqüídeos deve exigir o cumprimento da legislação, atuar e autuar administrativamente, quando necessário. Por ser atividade que necessita de conhecimentos técnicos específicos, recomenda-se a presença de médico-veterinário para melhor encaminhamento e racionalização do atendimento, assim como a eficácia do resultado.

O médico veterinário deve discernir sobre condutas que possam ser corrigidas ou mereçam advertência e orientação, e práticas de maus-tratos que devem ser coibidas e noticiadas de imediato.

O serviço deve ser estruturado considerando que, em alguns casos, pode ser necessário o recolhimento ou eutanásia do(s) animal(is). Dessa forma, a equipe de recolhimento deve trabalhar em parceria com a de fiscalização ou esta ser acionada por meio de serviço de comunicação rápida. A triagem prévia adequada pode facilitar a disponibilização dos recursos necessários para cada situação. Ao iniciar o atendimento, a equipe deve:

- avaliar a segurança e a possibilidade de remoção do animal do local;
- verificar a necessidade de apoio policial, de agentes de trânsito ou bombeiros;
- isolar e sinalizar a área com equipamentos de proteção coletivos (EPCs) e
- esclarecer a comunidade presente sobre as ações que serão realizadas e, em especial, remover crianças e curiosos do local.

B) Se o animal estiver morto

- Vigilância passiva: avaliar a necessidade de cumprimento dos programas de controle de zoonoses (vide recomendações dos módulos II e III: “Principais zoonoses de eqüídeos e vigilância epidemiológica em unidades municipais”^{2,3,4}).
- Acionar o órgão ou serviço responsável pelo recolhimento e destinação dos animais mortos e dos eventuais resíduos provenientes da intervenção. Orientar quanto à destinação do animal morto, observando se o mesmo é carcaça ou cadáver.*

A Resolução Conjunta SS/SMA/SJDC-SP-1 (RSSA) define cadáver como corpos sem vida biológica e carcaças como produtos da retaliação de animais mortos, formando peças anatômicas, destinadas a pesquisas, demonstrações didáticas, museus e outras finalidades similares, assim como as peças destinadas ao consumo humano (produtos de matadouros)⁵.

C) Se o animal estiver vivo

1. Necessidade do procedimento de eutanásia

A necessidade de se submeter um animal à eutanásia em vias públicas, em especial os de grande porte, gera interesse da comunidade próxima, que pode interferir no procedimento e, ainda, produzir risco de acidentes. Por isso, a adoção de medidas como as abaixo citadas pode ser de grande valia.

- Preparar previamente os fármacos necessários e os equipamentos de proteção individual que serão utilizados;
- avaliar o comportamento do animal e definir a melhor estratégia de aproximação e abordagem;
- utilizar colchonete de espuma para proteger a cabeça do animal;
- conter as patas corretamente;
- realizar eutanásia longe de outros animais e
- destinar corretamente o material utilizado, tendo o cuidado de não deixar qualquer resíduo no local.

As recomendações para o procedimento de eutanásia de eqüídeos, incluindo protocolo de utilização de fármacos, integram o Programa de Controle de Populações de Cães e Gatos do Estado de São Paulo⁶. O cadáver ou carcaça deve ser destinado conforme legislação vigente.

2. Necessidade de recolhimento

Para a implantação e desenvolvimento dessa atividade o serviço municipal necessita de veículo apropriado, equipamentos, fármacos e funcionários, preferencialmente próprios (não terceirizados), lembrando que as atividades desenvolvidas demandam pessoal capacitado e habilitado para os procedimentos de rotina. Tais procedimentos são específicos da ação, devendo ser aprimorados freqüentemente. Os serviços terceirizados atendem normalmente, às demandas gerais e sua rotatividade de pessoal pode ser alta, o que pode comprometer as ações que necessitam de conhecimento específico.

Recursos humanos

É fundamental que a equipe tenha conhecimento sobre bem-estar animal e esteja capacitada em manejo etológico, entendendo sua aplicabilidade como a melhor forma de manipular um animal considerando-se a anatomia, comportamento e necessidades (alimentação e espaço, entre outras), desde o recolhimento criterioso e cuidadoso até o seu destino final.

Os funcionários devem se portar com cortesia durante os procedimentos de atendimento ao público, estar devidamente uniformizados, com boa aparência e identificados por meio de crachá ou outra identificação visível.

Os motoristas devem ser capacitados para direção defensiva e transporte de carga viva, além de conhecerem conceitos de bem-estar animal e atendimento ao público.

O funcionário envolvido no manejo de eqüídeos deverá:

- receber e responder imunologicamente ao tratamento anti-rábico pelo esquema de pré-exposição, acompanhado de avaliação sorológica anual;
- seguir recomendações de esquema vacinal para funcionários da saúde;
- ter aptidão para lidar com animais;
- ter condições físicas compatíveis com o manejo de animais e
- receber capacitação prévia para a função e participar de atualizações continuadas.

Recursos materiais para recolhimento, contenção e manejo

Para o desenvolvimento seguro de atividades que envolvam o manejo de eqüídeos é

necessária a disponibilização de equipamentos mínimos, tais como:

Corda – Preferencialmente, deve ser de couro, nylon ou seda, com espessura de 10 milímetros e comprimento mínimo de 15 metros, respectivamente. Recomenda-se a disponibilidade de pelo menos duas unidades para uso diário.

Cabresto – Deve ter as mesmas especificações da corda e disponível em número suficiente e tamanho adequado à idade do animal. Recomenda-se que a equipe de recolhimento disponha de um número de cabrestos superior ao de recolhimentos de rotina, já que a quantidade de animais a ser recolhida pode ser superior à estimativa inicial da solicitação.

Para colocação do cabresto recomenda-se lançar o cabo sobre a metade anterior do corpo do animal (dorso), juntar as duas pontas (ponta do cabo e cabeçada) e deslocar o cabresto até o pescoço; segurar o cabo com uma mão e com a outra, colocar a cabeçada – primeiro no focinho e depois passar pelas orelhas, acomodando-a na nuca.

Laço – Só deve ser empregado em situações específicas – por exemplo, quando o animal está em um ambiente aberto, não sendo possível conduzi-lo a um local mais restrito –, com o cuidado de afastá-lo da via pública, evitando que possa escapar para área com risco de atropelamento. Deve ser utilizado por funcionário capacitado e apto ao seu emprego. O laço deve ser confeccionado em material resistente, com maleabilidade limitada, preferencialmente de couro macio e trançado, com comprimento suficiente para garantir a contenção do animal e a segurança do funcionário e da população que circula nas proximidades.

Cachimbo ou pito – Este equipamento é utilizado para manejar animais com comportamento arreado ou arisco ou em situações em que outras técnicas de contenção não sejam aplicáveis ou já tenham sido empregadas sem sucesso. Deve ser leve para facilitar o manejo, com laço de material macio e flexível como algodão, seda ou nylon e cabo com 2 metros de comprimento.

Iscas – Pode-se utilizar capim, feno, pequena quantidade de ração, cenoura ou outros. As iscas devem ser substituídas diariamente, evitando que se deteriorem e, se ingeridas pelo animal, venham a causar processo fermentativo no aparelho digestivo (estômago, intestino), com conseqüências graves como a ocorrência de cólicas. O uso de iscas auxilia na aproximação, uma vez que, por curiosidade e atração pelo cheiro, o animal se aproximará com mais confiança.

Balde – Com capacidade mínima de 18 litros, pode ter múltiplos usos, em especial para o fornecimento de água aos animais, lavagem das mãos ou de algum material.

Colchonete – Confeccionado em material lavável, com revestimento impermeável e tamanho mínimo de 80 cm x 80 cm, é utilizado para proteção, em especial, da cabeça do animal quando em decúbito.

Lona – Para auxiliar o recolhimento do animal vivo caído, sendo utilizada como maca ou apoio, mesmo que apenas para tração e deslocamento, evitando a ocorrência de ferimentos de decúbito.

Barrigueira – Confeccionada de material macio, em geral de algodão, e normalmente utilizada em arreamentos para cela, possui argolas de metal nas pontas. Esse equipamento pode ser improvisado com faixa de lona.

Biombo ou similar – Utilizado com a finalidade de resguardar a privacidade de um procedimento como a eutanásia.

Leitor de microchip – Deve ser universal; utilizado para identificação do animal.

Lanterna – De mão, de uso profissional, de preferência com bateria recarregável.

Suporte manual para soro

Materiais para necropsia

Deve-se prever a disponibilidade de material para coleta de amostras de tecidos, especialmente em situações em que o de animal esteja morto ou necessite ser submetido à eutanásia.

Recomenda-se que a equipe de recolhimento tenha disponível, no mínimo, os seguintes materiais:

- serra de arco;
- facas de necropsia;
- gancho;
- frasco para coleta de fragmentos de tecido;
- pinças anatômica e dente de rato;
- tesouras;
- costótomo;
- bisturi;
- sacos de coleta de material biológico;
- saco ou lona plástica para forrar o chão no local de necropsia ou coleta de material;
- avental impermeável ou macacão para o necropsista e
- luvas de procedimento ou cirúrgica.

Materiais para coleta de material biológico

- tubo para coleta de sangue;
- seringas ou acessórios para coleta a vácuo;
- agulhas: 40X12 mm ou 40X15 mm;
- caixa de transporte com isolamento térmico, em tamanhos variados de 2 a 20 litros ;
- gelo reciclável para o resfriamento e conservação das amostras;
- recipiente para descarte de material perfurocortante;
- sacos ou recipientes para coleta de material biológico e
- saco ou lona plástica para forrar o chão no local de necropsia.

Veículo

Recomenda-se que o serviço municipal avalie a frequência de solicitações, a facilidade oferecida pelo veículo de deslocamento para atendimento, o tipo de solicitações mais frequentes, os recursos financeiros disponíveis e a possibilidade de otimização no uso do veículo destinado ao recolhimento de equídeos. Em geral, as atividades com esses animais não são diárias e, sendo assim, um mesmo veículo pode ter diferentes usos no serviço de zoonoses ou de controle animal, sem comprometer a qualidade das atividades. Para tanto, é preciso planejamento e racionalidade em seu uso.

É importante que o veículo seja leve, seguro e ágil para deslocamento em áreas de maior tráfego. Existem dois tipos de veículos que podem atender de forma adequada estas demandas.

Trailer – Acabamento anticorrosivo, revestido externamente em chapa de aço e internamente em compensado naval, frente fechada com tranca (carenagem), com cobertura-teto em aço e forro com isolamento térmico, acolchoamento interno, pára-lamas em chapa de aço, bancada para acomodação de alimento, argola para prender cordas e/ou cabrestos e divisória removível. Inclinação da rampa de embarque (angulação de 30°), com acionamento manual ou mecânico, piso antiderrapante de cor escura, iluminação interna, sistema de ventilação natural, janelas que não permitam visão externa, sistema de freio de

impacto para trailers, estepe, acoplador para 2.000 quilos, chicote elétrico central, reservatório de água, identificação externa de tamanho compatível, informando o órgão a que pertence, telefone e endereço.

O veículo tração do trailer deverá ser compatível com a carga a ser conduzida, apresentando local específico para armazenamento dos equipamentos de contenção e dos demais materiais acima descritos.

O veículo deverá contar com Giroflex (sinalizador), cones para sinalização de vias de trânsito, radiocomunicador ou telefone móvel. Deverá ainda ser compatível com atividades em áreas rurais e em aclive ou declive.

Para segurança e conforto dos animais, recomenda-se colocar cama de feno ou maravalha de espessura segura e suficiente para cobrir com camada espessa o piso do trailer, devendo ser removida, no mínimo, uma vez por semana para limpeza completa e desinfecção do veículo. Além disso, proceder à remoção de fezes e urina a cada viagem, seguida de reposição parcial da cama, conforme necessidade.

Caminhão – Caminhões de transporte de cargas leves podem ser adaptados de fábrica para atividade de recolhimento de eqüídeos, observando-se alguns pontos:

- divisória(s) removível(is);
- inclinação da rampa de embarque (angulação de 30°), com acionamento manual ou mecânico;
- guincho elétrico com capacidade para 1.000 quilos;
- piso antiderrapante de cor escura (forração com maravalha ou feno);
- iluminação dentro do veículo;
- sistema de ventilação natural, com janelas que não permitam visão externa;
- acabamento anticorrosivo, revestido externamente em chapa de aço e internamente, em compensado naval, frente fechada com tranca (carenagem);
- cobertura-teto em aço;
- acolchoamento interno;
- identificação externa do órgão a que pertence, com telefone e endereço;
- Giroflex (sinalizador);
- suporte para alimentação de eqüinos, cocho;
- argola para prender cordas ou cabresto;
- reservatório de água para higienização;
- contêiner para equipamentos, medicamentos e EPIs;
- radiocomunicador ou telefone móvel;
- anteparo lateral para embarque do animal e
- porta lateral para saída após o embarque.

Muitos municípios utilizam veículos de transporte de bovinos para o recolhimento de animais de grande porte, entre eles os eqüídeos. Contudo, eles não são adequados para a atividade com eqüinos, pois dificultam o embarque dos animais. A porta de entrada com limitador superior e abertura tipo guilhotina representa risco de acidentes. Além disso, como esses veículos não possuem rampa de acesso, é preciso posicioná-los junto a um barranco para possibilitar o acesso do animal à porta de entrada. A solução, porém, oferece outro risco: um vão entre o caminhão e o barranco acaba contribuindo para que o animal refugue, em especial os jovens ou de temperamento mais fogoso.

A manutenção dos veículos deve ser feita de forma regular, atendendo às especificações do fabricante; ser criteriosa, garantindo segurança durante o recolhimento e transporte, tanto para os animais como para os funcionários. Cuidados especiais com sistemas de freio, pneus, acionamento de rampas, fechamento de portas, engates e sinalização, entre outros, devem ser observados.

Medicamentos

Em algumas situações, o uso de fármacos pode ser necessário para maior segurança e rapidez no atendimento à solicitação.

Recomenda-se a previsão de: soro (fisiológico e/ou glicosado e/ou ringer), tranqüilizantes, anestésicos, antiinflamatórios, gluconato de cálcio, equipo para soro, fármacos para eutanásia, materiais para curativos, sabão, material cirúrgico básico (pinça, tesouras, hemostáticos, fios e agulhas de sutura), antibióticos e antissépticos, entre outros. Além disso, ter disponível recipiente para descarte de material perfurocortante e saco plástico resistente e específico para acondicionamento e descarte de resíduos biológicos, de acordo com a legislação e recomendações pertinentes.

Equipamento de proteção coletivo (EPC)

Em muitas situações, o uso de EPCs (cones, placas de sinalização e luminosos, entre outros) para isolamento ou restrição da área a ser trabalhada pode agilizar o atendimento, garantindo segurança aos trabalhadores, ao público e ao animal alvo da ação.

Equipamento de proteção individual (EPI)

O EPI é imprescindível para a segurança e a saúde dos trabalhadores, sendo importante que estes recebam orientação e supervisão durante o uso desses equipamentos para minimizar o risco de acidentes, especialmente com materiais biológicos ou traumas diversos.

Recomenda-se a disponibilidade permanente dos seguintes EPIs, em quantidade e qualidade necessárias para o desenvolvimento do trabalho:

- colete com faixa refletora;
- luvas de procedimento;
- luvas de borracha;
- luvas de couro ou raspa de couro;
- avental;
- máscara;
- óculos de proteção;
- bota de borracha de cano longo;
- botina;
- protetor solar;
- repelente e
- capacete com ou sem lanterna acoplada.

Materiais diversos de uso diário

Diferentes situações podem se apresentar no dia-a-dia e a disponibilidade de recursos complementares pode auxiliar na melhor qualidade e agilidade do atendimento ou complementar encaminhamentos necessários:

- máquina fotográfica;
- hipoclorito de sódio;
- solução desinfetante;
- talonário de atendimento (notificação, intimação, orientação);
- lápis e caneta;
- prancheta e
- *Global Positioning System* ou **Sistema de Posicionamento Global (GPS)**

Aproximação e contenção de eqüídeos

O funcionário deve avaliar a situação desde o momento da chegada ao local, definindo a melhor forma de aproximação e abordagem do animal.

Animal deitado

- Estacionar o veículo a certa distância (aproximadamente 20 metros) do animal a ser recolhido;
- avaliar o entorno, afastar as pessoas, especialmente crianças e outros animais;
- isolar a área e, se necessário, acionar a polícia militar ou órgão de trânsito;
- avaliar o comportamento do animal;
- aproximar-se de forma segura – de preferência, a aproximação deve ser feita por um funcionário com experiência e formação em manejo etológico de eqüinos;
- falar em voz baixa, aproximar-se da cabeça do animal, permitir que ele cheire a mão, perceba e veja o funcionário;
- tocar o animal, acariciá-lo pela lateral da cabeça e pescoço até a cernelha e/ou a região abaixo do pescoço, como forma de “cumprimento” e reconhecimento, para acalmá-lo e auxiliar no manejo;
- colocar o cabresto, quando possível – usar preferencialmente o modelo de fita de nylon aberto na cabeça, que pode ser regulado atrás da nuca, para ajudar na contenção da cabeça do animal, mesmo em decúbito;
- não tocar a frente e as orelhas do animal na abordagem inicial e
- verificar se o animal é identificado por microchip.

Avaliação clínica e manejo

- Para avaliação da condição geral do animal, verificar parâmetros fisiológicos – mucosa freqüência cardíaca, freqüência respiratória, temperatura corporal real ou estimada, além de observar a presença de lesões aparentes.
- Se o animal apresentar condições gerais normais e ausência de lesão grave aparente, passar o cabresto para contenção. Recomenda-se cuidado para não enrolar o cabo do cabresto na mão, pois a corda pode provocar fraturas e queimaduras, caso ele se levante ou faça movimentos bruscos.
- Posicionar um colchonete embaixo da cabeça do animal, caso permaneça em decúbito. Este recurso protege e previne a ocorrência de lesões por atrito na face ou olho, além de permitir a verificação da existência de lesões no lado oposto, quando da sua colocação.
- Se o animal tentar levantar, deve-se auxiliá-lo para que se apóie sobre os membros anteriores, facilitando o seu equilíbrio.
- Na ausência de lesão grave aparente e quando o animal está sem sustentação, se necessário, auxiliá-lo a levantar, passando uma lona ou barrigüeira dupla como apoio nas regiões axilar e da virilha. Recomenda-se manter uma pessoa controlando a cabeça do animal continuamente, mantendo o cabresto firme, prevenindo o movimento de chicote da cabeça e pescoço.
- Se o animal levantar, proceder a exame clínico minucioso (vide procedimento abaixo para animal em pé). Caso o animal não levante, reavaliá-lo clinicamente de maneira mais detalhada, observando fraturas ou outras lesões comprometedoras.
- Caso o animal se negue a levantar ou não consiga levantar e/ou apresente lesão grave, avaliar a necessidade de eutanásia. Neste caso, decidir entre a realização imediata ou a remoção do animal, bem como a necessidade de intervenção clínica medicamentosa prévia. Recomenda-se que a eutanásia seja realizada preferencialmente no local, no menor tempo possível, evitando estresse ao animal, aos funcionários e ao público presente no local.
- Na necessidade de remoção do animal em decúbito, proceder cuidadosamente o manejo – recomenda-se colocar uma lona sob o animal evitando arrastá-lo, o atrito com o solo e a tração brusca e excessiva, de forma a prevenir ferimentos. Recomenda-se, ainda, colocar uma lona sob o animal, aproximando a mesma suas costas e depois o tombando, para o lado oposto, sobre a lona, através da movimentação de suas patas.
- O veículo deve ser posicionado com a rampa de embarque o mais próximo possível do animal, retirando-se qualquer material que possa causar ferimentos. Também neste momento, deve-se controlar a cabeça do animal por meio do cabresto, de forma a evitar o movimento de chicote. No caso de éguas com potro ao pé, deve-se

conduzir e transportar o potro junto com a mãe. O mesmo aplica-se nos casos de animais amadrinhados.

Para esses procedimentos é necessária a presença de médico veterinário, para avaliar as condições locais e decisão das condutas adequadas.

Recomenda-se que a equipe seja composta por, no mínimo três pessoas, em especial nas situações de animais acidentados.

Caso se proceda à eutanásia do animal, deverão ser observadas as recomendações do protocolo específico para eqüídeos, publicados no Programa de Controle de Populações de Cães e Gatos do Estado de São Paulo⁶.

Animal em pé

- Em áreas abertas com trânsito recomenda-se solicitar apoio de autoridades de trânsito ou policial para providenciar o bloqueio; e até sua chegada, um dos membros da equipe deve sinalizar o local e controlar os veículos enquanto os outros ocupam-se dos animais. Também nesse caso é recomendável que o médico-veterinário acompanhe a equipe.
- Recomenda-se sempre aproximar-se do animal calmamente, levando o cabresto. Evitar correr atrás dele – não correr atrás do animal para que ele não corra mais ainda. Muitas vezes, ficar parado aguardando que o animal perceba nossa presença é a melhor alternativa no primeiro momento.
- Se o animal estiver agitado, excitado ou colocando a população em risco, pode-se avaliar a possibilidade de laçar ou restringir o seu espaço de movimento. Entretanto, é possível que esses procedimentos deixem-no mais assustado e dificultem ainda mais a abordagem. Recomenda-se aguardar quando o animal estiver cansado ou tranqüilo para tentar nova abordagem e conduzi-lo a um lugar mais restrito e/ou fechado.
- Quando houver mais de um animal, recomenda-se deixar todas as cordas e cabrestos disponíveis já preparadas, identificar o líder do grupo, que costuma ir à frente dos demais, ser mais agitado e atento. Em geral, esses animais vivem em grupo e ao se recolher o líder, os demais tendem a se aproximar, segui-lo ou se manter parados, facilitando a abordagem.
- Para colocação do cabresto, recomenda-se lançar o cabo sobre a metade anterior do corpo do animal (dorso), juntar as duas pontas (ponta do cabo e cabeçada) e deslocar o cabresto até o pescoço, segurando o cabo com uma mão; com a outra, colocar a cabeçada primeiro no focinho e depois passar pelas orelhas, acomodando-a na nuca.

Embarque

Recomenda-se:

- Que o local escolhido para embarque dos animais seja tranqüilo e distante de vias expressas ou de grande circulação de veículos. No entanto, caso não seja possível, a equipe pode postar-se lateralmente à rampa, formando um anteparo de forma a facilitar e agilizar o embarque.
- Que os funcionários utilizem coletes refletores mesmo durante o dia, como proteção e sinalização de ações em vias públicas.
- Que mantenha o veículo – que deverá ter faixas refletoras de fácil visualização por toda sua volta – com o pisca alerta ligado durante todo procedimento.
- Que, estando o animal em pé e em bom estado de higiene, seja conduzido calmamente algumas vezes próximo à rampa do veículo para contato visual e reconhecimento. O animal deve ser conduzido pelo cabresto, mantendo-o curto e levemente traicionado e soltando-o à medida que o animal for caminhando, até embarcá-lo.
- Maior atenção deve ser dispensada às éguas com potros, uma vez que podem

existir animais que nunca tenham sido embarcados anteriormente. Se o potro recusar-se a subir, deve-se desembarcar a mãe e tentar aproximação lenta. O animal pode ser conduzido a um local em que seja possível contê-lo. Recomenda-se que o funcionário segure o potro com uma das mãos na frente do peito, logo abaixo do pescoço, e a outra na garupa, como se estivesse abraçando o animal. Se o potro é dócil e calmo, pode-se pegá-lo no colo para embarcar. Outra forma de condução até o veículo de animais jovens, de porte maior, é o “abraço duplo”: duas pessoas de mãos dadas com um braço na parte traseira (garupa) e outro na dianteira (peito) contêm o animal. Pode-se utilizar, ainda, uma corda dobrada em duas, passando-a por trás do potro. Nesse caso a corda deve ser macia, preferencialmente de seda, para evitar atrito e queimaduras no corpo do animal.

- Maior atenção também seja dada à abordagem com garanhões, mais agitados e agressivos. O funcionário que embarcar o animal deve evitar passar próximo às patas traseiras, prevenindo desta forma acidentes (coices).
- No caso de animais adultos, prender o cabo do cabresto nas argolas internas de contenção do veículo. A fixação da corda deve ser feita com nó falso, de forma a ser rapidamente desfeito em caso de necessidade.
- Os potros ao pé devem ser transportados soltos.
- Caso necessário, manter acesa a iluminação interna do caminhão durante o embarque e transporte dos animais.
- Os animais que estiverem deitados devem ser transportados separadamente daqueles em pé.
- O transporte dos animais deve ser realizado de forma tranqüila – o motorista deve dirigir procurando fazer curvas abertas e em baixa velocidade, reduzindo progressivamente a velocidade quando passar por lombadas ou evitando paradas bruscas.

Desembarque

Manter os mesmos cuidados do embarque, evitar barulhos desnecessários, gritos e manter movimentos calmos e gentis com o animal.

Parar o caminhão junto à rampa de desembarque:

- abrir a porta e descer a rampa cuidadosamente;
- entrar no veículo pelos acessos laterais;
- soltar o cabo do cabresto da argola e
- com o cabresto na mão, conduzir o animal para fora.

Após cada uso ou sempre que necessário, recomenda-se a limpeza do veículo, com remoção de fezes e áreas úmidas por urina. Pelo menos uma vez por semana realizar a troca completa da cama e higienização do piso e paredes do veículo.

Revisão técnica do texto: Adriana Maria Lopes Vieira. Prefeitura de São Paulo

Este módulo foi elaborado a partir do workshop “Manejo de Eqüídeos e Vigilância de Zoonoses”, realizado pela Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (CCD/SES-SP), de 6 a 9 de novembro de 2007.

Referências bibliográficas

1. Ministério da Saúde. Portaria GM nº 1.172/2004. Regulamenta a NOB SUS 01/96 no que se refere às competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de vigilância em saúde, define a sistemática de financiamento e dá outras providências. Diário Oficial da União. De 15 jun 2004. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2004/GM/GM-1172.htm>.
2. Kotait I, Ito F, Carrieri ML, Souza MCAM, Peres NF, Ferrari JJ F, Araújo FAA,

Gonçalves VLN. Programa de Vigilância de Zoonoses e Manejo de Eqüídeos do Estado de São Paulo. Módulo II: Principais zoonoses virais de eqüídeos e vigilância epidemiológica em unidades municipais [boletim na internet]. Bepa. 2008;5(54). Disponível em: http://www.cve.saude.sp.gov.br/agencia/bepa54_equideos.htm.

3. Ito F, Kotait I, Carrieri ML, Souza MCAM, Peres NF, Ferrari JJF, Araújo FAA, Gonçalves VLN. Programa de Vigilância de Zoonoses e Manejo de Eqüídeos do Estado de São Paulo. Módulo III: Outras zoonoses de importância em eqüídeos e vigilância epidemiológica em unidades municipais – Parte 1 [boletim na internet]. Bepa. 2008;5(55). Disponível em: http://www.cve.saude.sp.gov.br/agencia/bepa55_equideos.htm.
4. Ito F, Kotait I, Carrieri ML, Souza MCAM, Peres NF, Ferrari JJF, Araújo FAA, Gonçalves VLN. Programa de Vigilância de Zoonoses e Manejo de Eqüídeos do Estado de São Paulo. Módulo III: Outras zoonoses de importância em eqüídeos e vigilância epidemiológica em unidades municipais – Parte 2 [boletim na internet]. Bepa. 2008;5(56). Disponível em: http://www.cve.saude.sp.gov.br/agencia/bepa56_equideos.htm.
5. São Paulo (Estado). Resolução Conjunta SS/SMA/SJDC-SP-1, de 15 de julho de 2004. Classificação, diretrizes básicas e regulamento técnico sobre resíduos de serviços de saúde animal (RSSA). Diário Oficial do Estado de São Paulo. 16 jul 2004; Seção I: 114(133).
6. Programa de Controle de Populações de Cães e Gatos do Estado de São Paulo. Eutanásia em eqüídeos [boletim na internet]. Bepa. 2006;3(5):152-62. Disponível em: http://www.cve.saude.sp.gov.br/agencia/bepa37_suple.htm.

Correspondência/Correspondence to:
Vania de Fátima Plaza Nunes

Rua Aristarco Nogueira, 211
Jardim Mercú – Jundiaí/São Paulo – Brasil
CEP: 13206-053
Tel.: 55 (11) 4589.8539
E-mail: vania.vet@ig.com.br



Bepa
Av. Dr. Arnaldo, 351 - 1º andar, s. 135 – CEP: 01246-000
São Paulo - SP - tels.: (11) 3066-8823 / 3066-8825
e-mail: bepa@saude.sp.gov.br

